

## O REI SERVO DA NAÇÃO: A IMAGEM DE D. PEDRO II NA OBRA DE PEDRO CALMON

Neandro Vieira Thesing<sup>1</sup>

André Átila Fertig<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo pretende analisar a construção da imagem do imperador D. Pedro II na obra de Pedro Calmon, utilizando como fonte principal o livro *A vida de D. Pedro II, o rei filósofo*, originalmente publicado em 1938. Primeiramente, buscamos as concepções epistemológicas de Calmon, através de suas próprias obras e de seus comentadores. Analisando a biografia escrita, encontramos a idealização do governante, um monarca ilustrado nos trópicos, que governou seguindo valores liberais e humanistas a nação que tanto amou. Essa imagem, com poucas mudanças, permanece até hoje em setores da historiografia, mitificando o Segundo Reinado como um período de paz e prosperidade, do qual D. Pedro II foi o principal responsável.

**PALAVRAS-CHAVE:** historiografia. Pedro Calmon. D. Pedro II.

**ABSTRACT:** This article intends to analyze the building of the image of the Brazilian emperor D. Pedro II in the work of Pedro Calmon, using as major source the book *A vida de D. Pedro II, o rei filósofo*, originally published at 1938. Initially, we pursue the epistemological conceptions of Calmon, through his own works and in his commentators. Analyzing the written biography, we found the idealization of the governor, an enlightened monarch in the tropics that ruled his beloved nation by following liberal and humanist values. This image suffered slight changes and remains until today in sectors of the Brazilian historiography, mythicizing the Second Reign as a period of peace and prosperity, which D. Pedro II was the principal responsible.

**KEYWORDS:** historiography. Pedro Calmon. D. Pedro II

Existem certas personagens que parecem ter sido esculpidas em mármore na galeria dos homens. Seres intocáveis, inquestionáveis no panteão dos grandes vultos históricos. A magia de forjar tais homens extraordinários é conjurada pelos artífices do passado: homens, como aqueles, mas curvados diante de tamanha grandeza. A estes chamamos historiadores, àqueles heróis.

Pedro Calmon desfrutou, em vida, de grande prestígio nos meios intelectuais brasileiros, ocupando funções de destaque em instituições relevantes. Seus livros mais conhecidos são manuais didáticos que frequentaram as salas de aula brasileiras por décadas, gozando de imensa popularidade.

---

<sup>1</sup> **Neandro Vieira Thesing:** Mestrando no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), RS, Brasil. [nthesing@hotmail.com](mailto:nthesing@hotmail.com)

<sup>2</sup> **André Átila Fertig:** Professor Adjunto do departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH-UFSM). Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). [andre.fertig@hotmail.com](mailto:andre.fertig@hotmail.com)

Pedro de Alcântara foi o segundo, e último, imperador do Brasil. Ainda hoje é uma das figuras mais emblemáticas da história nacional, desfrutando de um local privilegiado no imaginário político: o Segundo Reinado é comumente tomado como obra sua, um período de paz e prosperidade.

Artífice e herói. Aspiramos compreender a magia: como a imagem do imperador D. Pedro II é construída na obra de Pedro Calmon. Resgatamos sua produção historiográfica através do ensaio biográfico *A vida de D. Pedro II, o rei filósofo*, publicado originalmente em 1938, e reeditado em 1975. Escritor de grande sucesso editorial, porém pouco comentado e analisado, acreditamos que Calmon é um dos primeiros membros em uma tradição de representação em torno do monarca que teve, e ainda tem, um longo alcance.

A preferência por esta obra deu-se devido à relevância explicativa atribuída a D. Pedro II em seu contexto histórico. Para Calmon, era impossível explicar o período imperial, que foi fundamental na formação da nação brasileira, sem um estudo apurado acerca de sua principal personagem e dirigente. Os indícios fornecidos pela obra acerca das concepções historiográficas de seu autor são, portanto, privilegiados.

Perscrutamos, aqui, a historicidade do conhecimento histórico, tomando a própria historiografia como uma fonte válida para análise.<sup>3</sup> Almejamos reconstruir o pensamento de um historiador, ou seja, elucidar o processo de constituição de um pensamento histórico, os meios pelos quais a historiografia de um determinado tempo entende sua própria história. (MALERBA, 2006, p. 18).

## **O último fidalgo**

Pedro Calmon (1902-1985) foi um homem público de destaque. No âmbito da política institucional, em 1927, elegeu-se pela legenda do Partido Republicano da Bahia, deputado estadual, obtendo a maior votação de seu estado natal. Em 1935, elegeu-se deputado federal, opondo-se ao regime getulista, pelo partido Concentração Autonomista da Bahia.<sup>4</sup> Em 1950,

---

<sup>3</sup> Deve-se atentar para a ambiguidade da palavra *história*, entendida em sua dupla significação, qual seja: a totalidade das ações humanas passadas e a narrativa ou relato que delas construímos. Na língua alemã essa dupla significação torna-se mais clara, utilizando-se *Geschichte* para indicar o complexo de fatos e acontecimentos, e *Historie* para indicar o pensamento histórico e a elaboração historiográfica desses acontecimentos. (KOSELLECK, 2006, p. 41-60).

<sup>4</sup> "Teve muita influência nesse período a Concentração Autonomista da Bahia, uma duradoura facção política baiana. Em 1932, diversos grupos oligárquicos locais, afastados do poder pelo golpe tenentista, empunharam a bandeira da recuperação da autonomia política do estado e aglutinaram-se na oposição ao governo de Getúlio Vargas. Desarticulada pelo Estado Novo em 1937, a Concentração alcançou o poder político local em 1947, quando seu mais proeminente líder, Octávio Mangabeira, venceu as eleições, assumiu o governo e iniciou a implantação de uma série de projetos de modernização conservadora". (DIAS, 2005, p. 125).

foi nomeado Ministro da Educação e Saúde, exercendo o cargo por um ano. Concorreu, sem sucesso, a governador da Bahia, sob a legenda do Partido Social Democrático (PSD), em 1954. (BELOCH, 2001). Participou e presidiu instituições fundamentais para a intelectualidade nacional do período, como a Academia Brasileira de Letras (ABL), sendo membro em 1935 e presidente entre 1945-47. No âmbito institucional, a relação com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foi fundamental. A participação na *Comissão Nacional dos Congressos da Independência*, em 1921, inclusive, motivou sua transferência para o Rio de Janeiro (CALMON, 1995, p. 198). Foi orador oficial de 1938 a 1968, e presidente do IHGB a partir de então.

Suas ocupações de maior destaque envolveram o ensino superior, presidindo a Universidade do Brasil por dez anos, a partir de 1938, tornando-se reitor em 1948, função que exerceu por seis mandatos consecutivos. No contexto do Estado Novo varguista, a concepção da universidade como um local caracterizado pela liberdade de pensamento e ação sempre foram defendidas por Calmon.<sup>5</sup> Aos estudantes, entretanto, era de certa forma uma liberdade vigiada, paternalista e com bom humor, permitindo o discurso inflamado aos líderes estudantis, interpelando-os somente para corrigir algum erro gramatical (CALMON, 1995, p. 403-404).

A historiografia acadêmica posterior, principalmente a partir dos anos 1970, relegou sua obra à obsolescência historiográfica. Calmon foi representante da chamada historiografia factual, exemplo daquilo a ser combatido e evitado. As possíveis razões para o esquecimento ao qual foi relegado foram sintetizadas por Josué Montello:

Para os modernos historiadores brasileiros, a obra histórica de Calmon não corresponderia à visão nova da história, mais filosofia da história que história factual. Entretanto, convém julgá-lo por seu campo de trabalho. Aquele que representou a opção de Calmon. Ou seja: a história dos reis, meticulosamente esmiuçada e revista. Nesse campo, ninguém o superou. (BOAVENTURA, 1986, p. 17-18).

As características principais desta *histoire événementielle* foram sistematizadas por Peter Burke – o autor também a caracteriza como "história rankeana", ou "senso comum da história": prioridade à história política tradicional; a narrativa dos acontecimentos; as grandes ações dos grandes homens (estadistas, generais ou eclesiásticos); a prioridade das fontes

---

<sup>5</sup> "[...] me achava em plena realização de um programa universitário *apolítico*, dentro destas paredes que constituem um processo de amortecimento em relação a todos os ruídos externos, na confraternização a mais perfeita." (CALMON, 1995, p. 367; grifo nosso). Considerado um reitor diplomata, soube superar várias crises estudantis, colocando-se sempre como mediador entre o governo e os estudantes, de acordo com seu lema: "Paciência com os estudantes e lealdade para com o governo". (BELOCH, 2001).

documentais escritas; a busca das motivações que levaram aqueles "grandes vultos" a realizar determinada ação; e a objetividade da história e do historiador. (BURKE, 1992, p. 7-37).

Acreditamos que para se entender sua visão sobre a História devemos nos voltar à principal instituição a qual esteve ligado: o IHGB. O paradigma estabelecido pelos próceres do Instituto é de longa duração e manteve-se em grande parte dos historiadores subsequentes.<sup>6</sup> O cerne da interpretação do Brasil é o mesmo, e Calmon é um exemplo de como essa visão perdurou até meados do século XX.<sup>7</sup>

Visando a elaboração de uma identidade nacional, a historiografia do IHGB via no Estado o eixo central a partir do qual se lia a história do Brasil. A relação entre construção do Estado e produção do discurso historiográfico é estreita: "Escrever a história brasileira enquanto palco de atuação de um Estado iluminado, esclarecido e civilizador, eis o empenho para o qual se concentram os esforços do Instituto Histórico". (GUIMARÃES, 1988, p. 11). Calmon defende esse compromisso quando nos diz: "Que é a história, para ser útil, e lógica, senão os anais do Estado em seu invólucro social e na conjuntura econômica?". (CALMON, 1995, p. 391).

A história, então, tinha como seu local de discurso a sujeição a este Estado elitista, e a nação reconhecia-se como responsável pela continuidade do projeto civilizador português nos trópicos: "Sinto a continuidade. Portugueses são brasileiros por origem e sucessão. [...] na história o ramo nosso esgalha do velho tronco mantendo-lhe a seiva de flor e fruto, em que se desata o gênio nacional." (CALMON, 1995, p. 298).

Calmon sofria de lusofilia, situando-se entre aqueles intelectuais responsáveis por reabilitar o elogio à colonização portuguesa no século XX, e que têm seu expoente máximo em Gilberto Freyre (IGLESIAS, 2000, p. 198). As designações são sempre em tons de agradecimento à "pátria de minha pátria" que tanto contribuiu para a cultura mundial como arquétipo à "causa da civilização"; não qualquer modelo, mas uma "civilização cristã" eivada do "patrimônio moral que é sua dignidade e sua honra". (CALMON, 1995, p. 296). Essa

---

<sup>6</sup> Lucia Guimarães demonstra que o IHGB, após a queda do regime político que lhe dava sustentação, soube adaptar-se lentamente a fim de seguir lado a lado com o poder político na tarefa originária de forjamento da consciência nacional. O apogeu ocorreu no governo de Getúlio Vargas – o novo grande mecenas – e o IHGB contribuiu muito na política cultural do Estado Novo. Ver: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

<sup>7</sup> Para se considerar a relevância do IHGB, adota-se como norteador teórico a ideia da História como uma operação, formalizada por Michel de Certeau. Para o autor, a história é o resultado da combinação de um *lugar social* (um meio, uma profissão, etc.), uma *prática* (procedimentos de análise e regras que lhe conferem um caráter disciplinar) e uma *escrita* (o texto historiográfico). Certeau ressalta o caráter institucional, o jogo de forças e as regras de composição ocultas na escrita da história, permitindo compreender a História como parte integrante da realidade social enquanto atividade humana, enquanto prática. (CERTEAU, 2007, p. 66).

filiação católica<sup>8</sup> é outro fator fundamental no universo intelectual do autor e o coloca em maior comunhão ainda com o modelo de historiador proposto por von Martius ao IHGB, em 1843, com sua monografia *Como se deve escrever a história do Brasil*: dever-se-ia possuir olhos de filantropo, cristão e humanista para enxergar o país. (REIS, 2006, p. 41).

Adotada por muitos membros do Instituto, a *historia magistra vitae* foi defendida por Calmon em seu sentido clássico, devendo fazer-se ligação entre as múltiplas experiências humanas, com objetivos pedagógicos: "conduzir ao relativo aperfeiçoamento moral ou intelectual [...], mas somente e se enquanto os pressupostos para tal forem basicamente os mesmos". O mote essencial seria instruir através de exemplos notáveis: "resta uma certeza adquirida a partir da experiência, um ensinamento histórico, que pode tornar mais inteligentes e mais espertos aqueles que o conhecem" (KOSELLECK, 2006, p. 41-60). A inclusão desses valores ético-pedagógicos é clara em Calmon: "para a mocidade escrevi. Oferecendo-lhe, mais do que um painel de acontecimentos, a cena contínua da criação e do crescimento do Brasil" (CALMON, 1995, p. 272). Nota-se a noção de continuidade, perceptível também na compreensão da "civilização brasileira" enquanto desdobramento da "civilização portuguesa".

Calmon possui raros comentadores. Arno Wehling o entende como partícipe da tradição historista de Ranke, Herder, Dilthey e Herculano, iniciada na historiografia brasileira por Varnhagen. (WEHLING, 1999 apud REIS, 2006, p. 35).<sup>9</sup> Algumas indicações epistemológicas são fornecidas nas palavras prévias à primeira edição de *A vida de D. Pedro II, o rei filósofo*:

Quando a arte de narrar se desprendesse da influência política [...] a luz da História, derramando-se pelos panoramas do passado, seria também o bom clarão da verdade. É tempo – isto sim – de projetá-lo sobre as sombras que envolvam homens e cousas das origens nacionais. Representam os povos, os seus personagens dirigentes. À falta da autêntica fisionomia do Brasil, destaquemos os seus índices biográficos, as forças condutoras do país, vidas insígnies que se não separam mais de sua evolução, as almas-síntese.

A História pátria de cem anos para cá ainda não foi escrita [...] A época é de contribuições [...] esclarecidas por uma crítica sem paixão. [...] Longe de ser completo [o livro]: contenta-se – no que tem de original e novo – com os seus

---

<sup>8</sup> "Religioso sou, metido na pele de grande pecador. Acostumei-me, desde que me casei, à missa de domingo" (CALMON, 1995, p. 363). Ele pertencia ainda à Liga Católica Brasileira e é citado como parte de um grupo de intelectuais católicos atuantes entre os anos 1920 e 1940, juntamente com figuras tais como Oliveira Viana, Juarez Távora, Américo Lacombe, Hélio Viana, que incorporavam o catolicismo como tema e forma de suas produções. (PINHEIRO FILHO, 2007, p. 33-49).

<sup>9</sup> "Discute-se sobre qual dos dois termos seria o mais adequado: historicismo ou historicismo? Sérgio Buarque de Holanda afirma que as formas 'historismo' e 'historicismo' foram por longo tempo intercambiáveis fora da Alemanha. Em língua alemã, a forma historicismo é predominante. Popper difundiu a forma historicismo, referindo-se a autores distantes do historicismo alemão clássico. O *historismo* de Herder, Dilthey, Simmel, Windelband, Rickert não tem nenhuma relação com a *miséria do historicismo* de Marx, Spengler, Toynbee, Comte, na concepção de Popper" (REIS, 2007, p. 214). Concordamos com José Carlos Reis ao utilizar aqui *historicismo*, por ser mais freqüente na bibliografia não-alemã e de uso corrente na historiografia brasileira.

motivos cívicos, a séria preocupação da fidelidade límpida e impessoal. (CALMON, 1975a, p. X-XI).

Segundo Reis, Calmon não era objetivo como professava, pois julgava "o passado, os acontecimentos, pessoas, instituições, defendendo uma idéia de civilização, de cultura, de nação". (REIS, 2006, p. 35). Wehling já não vê nesse julgamento um problema ou descompasso, pois existe em Calmon a noção de "tribunal da História". Como Varnhagen, concebia a explicação histórica incompleta se não possuísse como fecho uma avaliação ou julgamento – concepção nem sempre presente em historiadores desta tradição, demonstrando a polissemia do conceito *historicismo* –, que em Calmon fundamenta-se sobre:

[...] *valores éticos*, como os de um cristianismo difuso, não confessional e de um humanismo pautado no direito natural, de cujas teses tinha bom conhecimento; *valores políticos*, como considerar nação e estado, respectivamente à Michelet e à Hegel, a suprema realização do homem no campo das relações políticas; *valores sociais*, como a convicção da necessidade de elites dirigentes condutoras das sociedades. (WEHLING, 2003, p. 89).

O conhecimento histórico é concebido como vinculado a um duplo compromisso: como ciência, com a verdade histórica; como cultura, com a memória histórica como instrumento capaz de forjar a identidade de uma nação. Assim, a história é ao mesmo tempo ciência e memória, e o conhecimento histórico responsável por consolidar a identidade nacional. Por mais que pareça um paradoxo, esse duplo compromisso não o é: a ideia de nação ou pátria é um fio condutor que garante a verdade da narrativa histórica. (WEHLING, 1999 apud REIS, 2006, p. 35).

A verdade histórica, então, coincide com a continuidade da memória da nação e apóia-se na fidelidade documental e no argumento persuasivo. Seus parâmetros epistemológicos tornavam única e verdadeira uma memória determinada. História é memória e verdade científica: ao longo de sua autobiografia, refere-se, sempre, à História como "opção pela ciência". Em suma: a função da História seria elaborar e consolidar a identidade nacional, fundindo história e memória, ciência e valores éticos: "a história é, antes de tudo, uma necessidade da consciência coletiva". (CALMON, 1995, p. 271).

Os sujeitos históricos por excelência eram a nação e o Estado. O processo histórico é tido como o *locus* do exercício do poder, e o fenômeno político é o responsável pela dinâmica da história: "a evolução da sociedade brasileira é um processo que tem como balizas os objetivos e a atuação do Estado, que apenas em poucos casos [...] vai a reboque da ação da sociedade". (WEHLING, 2003, p. 88). A "memória única", referida anteriormente, obedece

um determinado grau hierárquico que julga os indivíduos de acordo com a contribuição à memória do Estado/nação.

Contudo, o historicismo *calmoniano* incorporou novos elementos para além da esfera política. Segundo Reis, em sua *História social do Brasil*, realizou uma história cultural, recolhendo poemas que tratavam de diversos temas, como a escravidão, o índio e as revoltas coloniais, estudando a dinâmica cultural brasileira. Discutindo o "espírito das épocas", reconstruiu hábitos, usos, costumes e valores. Em uma abordagem histórico-antropológica à Freyre, também concluiu que a mestiçagem, a brandura e o sensualismo dos costumes nativos e da senzala fizeram do Brasil um complexo nacional original (REIS, 2006, p. 36). Quando comentando sobre o lançamento do primeiro tomo da mesma *História social do Brasil*, assim a descreveu: "tinha o seu *quê* de antropológico, apreciava com certa preocupação científica a evolução nacional". (CALMON, 1995, p. 239).

Dialogando com seu contexto intelectual, reafirmava suas posições em relação às transformações que sofria o ofício do historiador:

É claro que tinha de ser factual. [...] Queira-se ou não, distinguem-se em duas categorias os pretensos e os autênticos historiadores. A dos que investigam o episódio; e a dos que o desprezam. A dos que revivem; e a dos que suprimem. A dos que evocam e recordam; e a dos que substituem o trabalho sério da 'ressurreição' (ó Michelet!) pela arbitrariedade dos esquemas que podem simbolizar as épocas, sem nunca lhes revelarem as coisas.

Onde não a escreveram, mitificaram-na. O vazio da história enche-se de fábula. [...] Se subtrairmos a um povo a história factual, lhe faremos em compensação a história factícia (CALMON, 1995, p. 271-272).

Vemos aqui a reafirmação de seus preceitos historicistas. As fontes em Calmon seguem as mesmas orientações, privilegiando documentos de origem oficial ou relacionados à temática política: "Falamos da alma. A das épocas dorme nos arquivos. Aí é que a história reconstitui a vida real." (CALMON, 1995, p. 270)

Para Arno Wehling (2003, p. 90), Calmon marcou-se ainda pelo estilo fortemente literário, com recursos de linguagem condenados pelos profissionais universitários subsequentes. Oriundo do universo da literatura – publicou contos e duas novelas históricas na juventude –, instrumentalizou a experiência narrativa em suas obras historiográficas, entendendo-a como necessária à verdade histórica.

Segundo Astor Diehl (1998, p. 83-84), este posicionamento é orientado pela noção iluminista de tempo: a certeza de ser uma linha que se desloca compulsoriamente em uma única direção, uma cronologia, o que faria com que os episódios conhecessem apenas uma sucessão e uma causalidade bastante simples. À essa dimensão episódica e ao tempo linear

assoma-se a ideia de enredo: "ambos não somente oferecem uma linha para acolher e abrigar os mais distintos eventos, como também os articulam em si, conduzindo a se deduzir um padrão de uma sucessão"; esse padrão constrói, a partir de episódios dispersos e isolados, uma "totalidade significativa": "para ser histórico, um evento deve ser mais do que uma ocorrência singular: ele recebe a sua definição em função da sua contribuição para o desenvolvimento de um enredo." (RICOEUR, 1980 apud DIEHL, 1998, p. 84).

Da ligação entre tempo linear e enredo decorre uma série de conseqüências que afetam a própria natureza da narrativa. Primeiramente, refere-se ao caráter fechado do discurso narrativo, em sua ojeriza ao incompleto e vazio, pretendendo criar uma imagem coerente, regulada e compreensível da realidade, onde tudo – até e inclusive o acaso – deve fazer sentido; o discurso se move para frente, culminando na "*disciplinarização* do real, direcionando todos os episódios, seqüências e configurações da narrativa ao rumo do seu final", acabando por fornecer uma visão de mundo eminentemente tranqüilizadora e consoladora, preenchendo de sentido todos os desdobramentos e aperfeiçoando "aquela visão real com algo completo, regular, pleno e coerentemente ordenado, que o enredo dá a impressão de produzir"; há ainda a ocultação do narrador, quando a objetividade transforma o relato histórico em espetáculo fascinante, em que as coisas e as pessoas falam por si mesmas e as próprias personagens parecem atuar como protagonistas, exibindo-se em carne e osso para o leitor, sem a interferência de qualquer subjetividade externa. (DIEHL, 1998, p. 78-90).

Podemos perceber claramente a filiação de Calmon, nas diversas passagens de suas obras citadas anteriormente, a essa perspectiva narrativa plena de sentido e de ação disciplinar diante do real, ordenadora e antitrágica. A própria estrutura de suas obras assemelha-se a um romance histórico, perfeitamente encadeada, ressuscitando o passado ao gosto de Michelet, um de seus mais altos ídolos.

### **O rei filósofo dos trópicos**

A Revista do IHGB, desde suas primeiras edições, reservou um grande espaço dedicado às biografias. Em 1925 – ano do centenário de D. Pedro II –, sob coordenação de Ramiz Galvão (1846-1928), foi organizado um tomo especial com apontamentos e pesquisas iniciais sobre o imperador. As notas introdutórias são longas, mas merecem destaque:

Os homens ilustres que se sacrificam pela Patria ou pela realização de um sublime ideal podem ser comparados [a] martyres admiráveis [...] A Historia sublima os seus heroes, celebrando-lhes as virtudes cívicas, o Patriotismo



achrysolado e constante, a estóica resignação no infortúnio. São estas as dividas de gratidão suprema, a que a Posteridade se não póde furtar; é seu dever inalienavel render culto aos cidadãos preclaros, que illuminaram a Patria [...] Eis o que representa esta publicação. É o justíssimo tributo de homenagem offerecido [...] á memoria inolvidável de d. Pedro II. O Instituto [...] profundamente grato ao seu constante e benemerito protector, resolveu [...] mediante a publicação de um grande livro, em que ficassem assignalados e gravados os altos serviços, com que se immortalizou o imperante. (GALVÃO, 1925, p. V).<sup>10</sup>

A seguir, expõe-se a nobre missão a ser realizada por um intellecto brilhante – obviamente, aquele que seguisse os preceitos epistemológicos também explicitados – que tenha a sensibilidade para ouvir, no futuro, o chamado do dever ao qual a Pátria agradeceria, honrada em seu espírito:

[...] poderá ser feita mais tarde por um espírito superior a completa Biographia do magnanimo príncipe, que passou a vida inteira ao serviço da Patria, [...] É muito para desejar que appareça esse esclarecido patriota, auctor de uma synthese luminosa, vasta e ao mesmo tempo serena e imparcial [...] A Historia reclama-o, e honra será para a Republica o se desempenhar deste dever com louçania. As dissensões políticas não podem nem devem escurecer a verdade. Esta surgirá com brilho, estou certo, pagando-se a enorme divida dos Brasileiros a d. Pedro II [...] Receba-as [as "Contribuições"] o nosso Brasil como valiosos materiaes para a construcção de um monumento de gratidão e de civismo. (GALVÃO, 1925, p. VIII-IX).

Em 1925, Calmon já residia no Rio de Janeiro, participando ativamente da vida intellectual da cidade. É bastante provável que tenha tido contato com as *Contribuições* já em seu ano de lançamento. Inevitavelmente, a obra é referenciada como fonte na biografia que escreveria.

A retórica sedutora do IHGB, aparentemente, convenceu-o. Sua produção de biografias foi ampla e contemplou muitas "almas-síntese" brasileiras, capazes de fornecer indícios para o desvelamento da autêntica fisionomia nacional. D. Pedro II é entendido como uma destas "forças condutoras do país", que juntamente com seu pai e avô, "encarnaram – no confuso período em que se elaborava o Estado [...] – o Brasil, que aumentaram". (CALMON, 1975a, p. X-XI). Sublinhe-se que os monarcas são vistos como a *encarnação* do Brasil. Para o autor, a história nacional dos últimos cem anos – *O rei filósofo* foi publicado em 1938 – não havia sido escrita, e seria impossível fazê-lo sem a biografia integral do Imperador. Eram inseparáveis rei e reinado, logo, para compreender-se o Brasil, precisava-se compreender D. Pedro II. Havia uma missão histórica a cumprir.

---

<sup>10</sup> A edição conta com a participação de importantes intelectuais do período, como Max Fleiuss, João Pandiá Calogeras e Oliveira Vianna, dentre outros. Apesar das diferenças de pontos de vista, Ramiz Galvão deixa claro que todos estão em acordo quanto ao sincero intuito de realçar os méritos de d. Pedro II.

Em 1975 comemoraram-se os cento e cinquenta anos do monarca. Neste mesmo ano foi reeditada *A vida de D. Pedro II, o rei filósofo*. Até 1938, ano da publicação original, havia sido a única biografia integral. Mesmo assim, ainda não era o suficiente e a *História de D. Pedro II* foi publicada naquele ano, com mais de duas mil páginas, dispostas em cinco volumes. As diferenças entre as obras são de natureza puramente descritiva e episódica, ou seja, houve um acréscimo na composição dos cenários, nos detalhes mínimos em torno dos fatos, enfim, um refinamento narrativo. O objeto central de nossa análise permaneceu o mesmo. Utilizaremos a edição especial comemorativa de *O rei filósofo*.<sup>11</sup>

A estrutura da obra é cronológica: do nascimento ao exílio e morte. O forte teor literário já é sentido nas primeiras páginas, quando compõe o ambiente em que o monarca nasceu, nos mínimos detalhes: do uniforme de Francisco de Lima e Silva descrito, ao tempo de forte chuva que embalava as árvores numa "sinfonia tropical". Percebe-se, ainda, a teleologia de quem conta uma história em que já se conhece o final: "um minúsculo ser, que a segurança da Casa continuada, da dinastia garantida, do Brasil apaziguado – porque D. Pedro II era brasileiro". (CALMON, 1975a, p. 3-7).

O pequeno príncipe abandonado pelos pais tornou-se o órfão da pátria. Esta ideia é central na composição do enredo e perpassa toda a obra. Calmon busca recompor a psicologia da personagem, descrevendo o drama de uma criança vergada pelo peso do dever, a consciência precoce de que não poderia falhar com a nação brasileira. Pedro de Alcântara não conheceu a liberdade, senão como direito dos outros. (CALMON, 1975a, p. 23).

A personalidade do príncipe é explicada de forma genealógica. O ar tímido, contemplativo, pacífico, inclinado à misantropia e amigo do silêncio, levava no semblante a tristeza da imperatriz. Menino de inteligência precoce, fraco de corpo, cada vez mais Habsburgo no amor ao estudo e Bourbon na memória tenaz. Mas seu caráter também fora moldado pelo frei carmelita Pedro de Santa Mariana e por Maria Carlota Magalhães, a *Dadama*, seguindo a ideia bíblica dos príncipes sem defeito – ambos muito católicos.

Esquecido durante o período regencial voltou à cena política com as articulações em torno de sua maioridade antecipada. A explicação para os eventos é a própria argumentação dos envolvidos. A coroação, assim, espargiu em todo país um clima de que a dinâmica política estava voltando ao normal. O povo aclamava-o nas ruas: "era um ingênuo messianismo, que empolgara o país. Algo sobrenatural. Pois não pareceria, isso tudo, milagre?". (CALMON, 1975a, p. 43).

---

<sup>11</sup> Cabe notar que a iniciativa de reimpressão foi tomada pela Editora da Biblioteca do Exército e, em um contexto de ditadura civil-militar, tal episódio merece menção.

As tentativas para encontrar uma esposa para D. Pedro II demonstram a ideia da resignação. As tentativas frustradas revelaram certa indiferença da aristocracia europeia, em parte à má fama de D. Pedro I, mas também a um desprezo dos europeus por aquele império tropical, rude e bárbaro. A questão resolveu-se no acordo com uma aristocracia menos prestigiosa. O retrato de Teresa Cristina, entretanto, mentira, disfarçando a falta de beleza. Ao conhecê-la, entrou em prantos, mas foi acalmado pela *Dadama*, que lhe explicou: "Um monarca não é dono de si: sacrifica-se, para servir; é vítima do dever, que Deus impõe." (CALMON, 1975a, p. 51).

A imagem da imperatriz é forjada para adequar-se à definição posterior de D. Pedro II: uma santa. Teresa Cristina é mencionada pouquíssimas vezes ao longo da biografia, e somos levados a perceber sua ausência compreensiva, aceitando o fardo de o marido ter nascido para servir à nação, não ao casamento.

Iniciando o governo, precisava não parecer submisso, fortalecer o "poder pessoal". Para tanto, demitia todos aqueles envolvidos na administração do Estado que tentassem sobrepor sua vontade: "Mandava ele; e ele só!". Aos dezoito anos já reinava magnânimo, pacificando o país e iniciando sua política de conciliação, congraçando os ódios políticos no "terreno neutro do patriotismo", do qual era a encarnação. Seu método particular era inflexível, tornando-se insensivelmente o "grande Censor", "Mestre-escola do Império. Inspetor de ensino. O policiador da moralidade. Instrução, Justiça, Senado...". Essa dedicação abnegada ao *métier de roi* leva Calmon a defini-lo como "o mais silencioso e ativo servidor público que teve o Brasil". (CALMON, 1975b, p. XIX).

Contudo, esta "centralização crescente" era, ao mesmo tempo, "macia", jamais um recalque despótico Bragança. Para Calmon, D. Pedro II olhava para o Brasil com olhos de pai zeloso, temendo pelo futuro de seus súditos/filhos. Nenhuma ação foi contrária a esse princípio. Cabe ressaltar que todos os momentos em que se debateram reformas políticas, a iniciativa partia do próprio D. Pedro II, arrebatado pela "paixão de que se tomara, na luta contra a má política" e orientado por seu "código de conduta pública": o bem-comum da nação.

No âmbito das relações internacionais, a imagem elaborada é a de um Império que simplesmente respondia às agressões, ou preocupava-se em acalmar "a permanente inquietação dos vizinhos como um contágio pernicioso". O envolvimento nas questões além-fronteira, inclusive, é visto como uma abstenção sistemática, mesmo teimosa. A Guerra do Paraguai é sintetizada nesta passagem:

[...] a fatalidade de indiscretas afinidades internacionais arrastou o Brasil a uma campanha longa e cara, inutilmente qualificada, pelos seus adversários, de aventura imperialista, de intervenção indébita... Porque foi um sacrifício, com muita glória: e dele não retirou influência, interesse ou doutrina, que modificassem a sua honesta tradição americanista. (CALMON, 1975a, p. 121).

No conflito, arriscou a própria vida indo à frente de batalha: foi "a alma da guerra". A derrota em Curupaiti estremeceu o país e, a partir daquele momento, D. Pedro II tornou-se obcecado pela vitória, entendendo que aquela era uma missão patriótica e humanista: a honra da nação havia sido ofendida e precisava-se extirpar o déspota López. A imagem de mártir é novamente invocada: "Gastou prodigiosamente a vida, naquela fase atribulada da evolução brasileira. [...] o Imperador dormia pouco, empenhado em dar à sua terra o completo esforço, por que vencesse a tormenta com dignidade e glória." (CALMON, 1975a, p. 165-66).

Durante a guerra, manteve sua maior paixão: os livros. O que inicialmente era um consolo diante da solidão, transformou-se em sua principal característica: a erudição espantosa. Durante as viagens ao exterior, quando se despia das funções monárquicas e expunha-se em sua real natureza, apresentava-se como Pedro de Alcântara, assustando a todos por preferir "aos estadistas fátuos os intelectuais pobres". No Brasil, formou um círculo de intelectuais ao seu redor, incentivando a produção literária nacional e empolgando-se com o movimento indianista. Traduziu muitas obras e arriscava-se a compor sonetos. Foi o monarca ilustrado dos trópicos, e isso chocava todos os estrangeiros que não entendiam como um reino bárbaro podia gerar tão nobre figura.

A copiosa erudição também o levou a defender posições consideradas avançadas para a época e, principalmente, para o contexto do império que governava: "as coordenadas do reinado eram estas: paz, civilização, liberalismo". Buscou modernizar o país incentivando as estradas de ferro, implantando o telégrafo para comunicar-se mais rapidamente com seus ministros. O mais interessante, no entanto, são suas posições políticas favoráveis ao republicanismo: "Na sua opinião de homem e de monarca, o melhor sistema de governo, para o Brasil, seria uma República de presidente vitalício!" (CALMON, 1975a, p. 209).

Em matéria de religiosidade, era contra o ateísmo e o materialismo: "tinha o espírito guiado tanto pela razão filosófica como pelo sentimento religioso" (CALMON, 1975a, p. 196). Calmon explica: "um católico, primitivo, individual [...] respeitando todos os credos, mas armado de prevenções invencíveis contra os ateus"; seu estudo do hebraico e convivência com os judeus levava a crer que "permitia a dispersiva adoração a Deus sob todas as formas: contanto que o deísmo benéfico enchesse a alma de doçura e magnanimidade" (CALMON, 1975a, p. 71).

A defesa da liberdade dos escravos era consequência de seu "humanismo silencioso". Iniciou os debates no Legislativo, manobrando até obter a liberdade para o ventre das negras. Apoiou o movimento abolicionista, "ninguém duvidava dos sentimentos pessoais do Imperador". Contudo, a abolição deveria ser feita de forma gradual, para não ferir os grandes interesses e, acima de tudo, respeitar-se a Constituição. Eleita uma Câmara com maioria escravocrata, manobrou a fim de redimir os sexagenários em 1885. Arriscava a própria imagem pública, desagradando conservadores e liberais: "dependesse dele a decisão final, e cortaria o nó górdio, de uma vez". Aplaudiu a decisão final vinda através das mãos da filha, percebendo que condenou seu reinado ao fim, "via a coroa resvalar, perdida pelo altruísmo da abolição, e prometia desaparecer com ela". (CALMON, 1975a, p. 234-270).

Com o fim da monarquia iminente, D. Pedro II não se abala, passando a demonstrar uma sensação de dever cumprido. Bastante envelhecido e com graves problemas de saúde, sentiu que finalmente poderia cultivar suas paixões particulares livremente. Já em 1860 "saturava-se devagar do seu difícil ofício. E escondia de todos essas idéias, de renúncia e insatisfação. Cumpria, resignado, um dever difícil". (CALMON, 1975a, p. 119). Diante do movimento republicano, gracejou: caso os brasileiros não me quiserem para seu imperador, irei ser professor.

Acabou aceitando a República, havia preparado seu caminho. O Brasil moldou-se pela personalidade do monarca, pois "D. Pedro II [foi] um administrador que se multiplica[va] por todos os ramos do governo, centralizando-o, impelindo-o". (CALMON, 1975a, p. 112).

No exílio, recusa a pensão que a República lhe oferecera: aquele dinheiro pertencia ao povo brasileiro. No mesmo ano que perdera seu amado país, perde também a esposa, "a santa que merecia um altar". Busca consolo na leitura, produzindo sonetos, e na companhia da condessa de Barral, sua amante por mais de trinta anos – Calmon comenta sobre a amante discretamente. Participava ativamente da vida intelectual parisiense.

Em dezembro de 1891, com a saúde bastante debilitada, contrai pneumonia e "começa a morrer". O historiador satura os tons de tragédia, buscando presentificar o passado através da narrativa, incitando os mais profundos pesares no leitor: "Passavam-se 35 minutos da meia-noite. Era 5 de dezembro de 1891. Sem um traço de sofrimento, suavemente, imperceptivelmente, fugiu da vida". (CALMON, 1975a, p. 303).

Patriota, servidor público, erudito, humanista, cristão, filantropo, todos os atributos do monarca encadeiam-se na narrativa de Calmon em torno de um núcleo comum: o cumprimento da obrigação para com o Brasil: "Essa noção de dever é essencial na vida de D.

Pedro II. Foi a sua ideia imutável: a de quem cumpre a obrigação, e não vê heroísmo nisso. [...] Nascera para servir. Não se rebelava contra isso." (CALMON, 1975a, p. 54).

Fundamentado nas correspondências pessoais, Calmon reforça a imagem de que a política era, senão, um dever, uma cruz a ser carregada que D. Pedro II não escolhera. Não nascera para rei: nascera filósofo. Um rei filósofo resignado diante de sua condição.

### **Considerações finais**

Pedro Calmon parece seguir as *Contribuições* de 1925. A imagem positiva de D. Pedro II era uma tradição do IHGB. Com o advento da República, o Instituto "tomou o devido cuidado de proteger a reputação de seu patrono exilado." (BARMAN, 2012, p. 565), reforçando às gerações futuras o monarca enquanto amigo "das ciências e das letras", benevolente e progressista. A isso, somava-se a grande admiração pessoal que Calmon nutria pelo imperador, expressa ao longo de sua autobiografia.

Segundo Reis (2006, p. 74), Calmon vê no Segundo Reinado o momento dourado da vida nacional. O imperador salvou o Brasil, e foi o maior e mais ilustre dos brasileiros. A integridade e a soberania nacional foram mantidas por D. Pedro II e, além deste reino de paz e democracia, o seu governo deu ao Brasil um período de "modernização" social, econômica, tecnológica e cultural. Foi um governo plenamente competente nas esferas econômica e social, conciliando os interesses políticos por amar a nação brasileira e querer o bem de todos.

Essa valorização do período e, em especial de D. Pedro II, leva-nos a pensar sobre uma nostalgia imperial. Para Ricardo Salles (1996, p. 13-26), até 1930, a República brasileira fora incapaz de conquistar a intelectualidade, que rapidamente decepcionou-se. Mas apenas a decepção republicana não basta para explicar a força da ideia de Império: "Esta apresentava-se – e apresenta-se – não propriamente como realidade política da nação, mas como elemento de seu imaginário". Joaquim Nabuco foi o primeiro a ampliar o significado do período na construção da nação brasileira, como tempos de grandeza e identificação com ideais maiores – e liberais – que a nova geração política foi incapaz de dar continuidade.<sup>12</sup> A República foi aceita, mas a "construção do passado imperial que em tudo diminuía, em sua dimensão histórica, a estatura da República" inaugurou uma ideia na consciência coletiva dos brasileiros.

---

<sup>12</sup> Cabe ressaltar que a epígrafe da *História de D. Pedro II* é uma citação de Joaquim Nabuco: "Está aí uma coisa a que eu estimaria dedicar o resto de minha vida, uma Vida de Dom Pedro II escrita à luz dos documentos que ele deixou".

Os historiadores tiveram papel fundamental nesse processo. Capistrano de Abreu, em um texto de 1925, avulta claramente a figura do imperador. Oliveira Lima, em seu *O Império do Brasil*, exalta a paz, o parlamentarismo, e a ordem civil que se impusera, entendendo o Império como um momento notável. A tendência de valoração positiva manteve-se na geração seguinte, que buscava ressaltar os feitos das grandes figuras do Império ou o caráter avançado da civilização brasileira naquele período: João Camilo de Oliveira Torres, Hélio Viana e Pedro Calmon são exemplos desta tendência. Mesmo autores que buscavam uma interpretação mais profunda, como Gilberto Freyre ou Oliveira Viana, sustentavam uma condescendência benévola em relação ao período imperial. (SALLES, 1996, p. 28).

Lilia Schwarcz também fornece pistas nesse sentido. Buscando recuperar os meios e processos pelos quais toma forma uma representação de D. Pedro II e do Império brasileiro, a autora nota a existência de um imaginário monárquico, para além dos marcos políticos oficiais, presente até hoje. Elaborar-se a figura do monarca como meio para manutenção do controle e exercício do poder, visando à unidade nacional. D. Pedro II teve sua vida contada a partir de episódios repletos de dramaticidade, sendo reconhecido como um pequeno deus europeu, cercado por mestiços. "Forja-se, então, a representação legendária que acompanharia o monarca até a morte: o porte impassível, a cautela nas palavras, o caráter enigmático e pouco suscetível." (SCHWARCZ, 1998, p. 68).

Ligado intimamente ao passado imperial, Pedro Calmon não poderia escapar a essa nostalgia: a mãe havia sido dama da Corte dos Bragança e o bisavô, o visconde de Nogueira da Gama, mordomo e amigo de D. Pedro II. O próprio apogeu financeiro de seu pai, antigo coronel do interior baiano, dera-se durante o Império, e a derrocada financeira foi ocasionada, justamente, pelas sucessivas crises econômicas nas primeiras décadas do período republicano. Aparentemente, ele não conseguiu trair a memória da nação que seus antepassados nobres ajudaram a construir.

Concordamos com as posições de Arno Wehling, que o entende como partícipe da tradição historicista e hermenêutica brasileira. José Carlos Reis o vê como defensor de uma ordem ultraconservadora, legitimada através dos poderes da documentação. Calmon não formulava ou resolvia os problemas, dissimulava-os, narrando uma evolução brasileira falsa. "O espírito conciliador, pacificador, de Calmon, é aristocrático, monarquista, unitarista e repressor". A obra quer ensinar a juventude a se orgulhar e a amar incondicionalmente a pátria, defendendo com bravura a sua "brasilidade" – a essência da nação. A isso, Reis denomina como "interpretação construtiva do Brasil", "essência" que irá se realizar e se encontrar por si mesma, já que sujeita ao Estado: um espírito nacional que se procura e se

expressa nos fatos da história, desejoso de encontrar-se consigo mesmo e ser feliz. Em suma: Pedro Calmon era otimista, romântico e ingênuo. (REIS, 2006, p. 37-86).

Algumas das críticas de Reis parecem-nos apressadas, acreditando que Calmon impõe à nação brasileira a memória do Estado. Consultando Manoel Salgado Guimarães (1988), percebemos que ao contrário do pensamento europeu, o projeto de desvendar a gênese da nação brasileira defendido pelo IHGB assentava-se, principalmente, na percepção de que nação, Estado e Coroa eram uma unidade na discussão do problema nacional. Não considerar Calmon como partícipe desta tradição soa deslocado.

A tentativa de análise aqui empreendida percebeu Calmon enquanto um intelectual que trabalhava a história como diletante e que, diante da crise do Estado-nação brasileiro no início do século XX, buscou a solução na reafirmação do período tido como solidificador desta mesma nação, idealizando o Segundo Reinado como época de paz e prosperidade, pela qual foi responsável D. Pedro II.

Sua historiografia é comemorativa, ufanista, louvando os heróis construtores da nação. Dentre eles, talvez o maior, D. Pedro II: "o mais silencioso e ativo servidor público que teve o Brasil". Para Calmon, ele foi o único brasileiro moldado para exercer o poder público, herdeiro de um humanismo que o levava a ver nos súditos seus próprios filhos, a serem civilizados, mas amando-os acima de tudo, conduzindo-os. Enfadava-se com o poder, mas tinha consciência do dever a cumprir com resignação. Possivelmente este seja o verbo mais apropriado ao último imperador brasileiro: resignar. Sacrificou-se para que a nação que tanto amava florescesse.

Intrigante é notar que a imagem positiva embrulhando o monarca mantém-se na historiografia contemporânea. Pedro d'Alcântara teve sua intimidade revelada, mas D. Pedro II, aparentemente, continua essa figura intocável em mármore no panteão dos heróis nacionais. A divisão é defendida por José Murilo de Carvalho em recente biografia. O autor nos diz que uma paixão uniu os "dois Pedros": a paixão pelo Brasil. Ela marcou a vida de D. Pedro II e de Pedro d'Alcântara, possibilitando-lhe dedicação integral e persistente à tarefa de governar o Brasil: "Ele o fez com os valores de um republicano, com a minúcia de um burocrata e com a paixão de um patriota." (CARVALHO, 2007, p. 9-10).

Roderick Barman também vê em D. Pedro II a chave para compreender o desenvolvimento do Brasil como Estado-nação: "Sua capacidade de administração teve um papel essencial na consolidação de uma comunidade política nacional com caminho livre para o progresso" (BARMAN, 2012, p. 9).



O sistema de governo emanava das qualidades de sua personalidade, estabelecendo um domínio irrefutável sobre os assuntos públicos, lidando com ambos os partidos em "consonância com o desejo popular" e evitando qualquer imposição flagrante de sua vontade no cenário político (BARMAN, 2012, p. 181). E sua "integridade e imparcialidade eram respeitadas por todos" (p. 8).

Diligente, paciente e perseverante, o "leitor voraz" tentou "civilizar" o país, persuadindo por meio do exemplo e do encorajamento. Barman, inclusive, defende que D. Pedro II possuía uma "louvável falta de preconceito racial" (2012, p. 359). Ele era, ao mesmo tempo, um monarca modelo e o primeiro cidadão, devoto de sua terra natal a ponto de identificar o Brasil com sua própria pessoa:

Sua conduta, cultura e preocupação com o bem público tonaram D. Pedro II tudo aquilo que um "cidadão comum" deveria ser. O comportamento exemplar de D. Pedro II, sua sabedoria e dignidade pessoal realmente "fizeram que todos o estimassem e respeitassem" como seu governante. (BARMAN, 2012, p. 170).

O cerne de sua personalidade, estabelecida pelo IHGB e da qual Calmon participa, parece seguir. D. Pedro II confunde-se com a memória do Estado, circula entre os mitos de construção do Estado-nação brasileiro, associado ao seu fortalecimento: "no seu caminho é difícil notar onde se inicia a fala mítica da memória, quando acaba o discurso político e ideológico." (SCHWARCZ, 1998, p. 21). Onde começa a história e termina o mito?

Assim como José Carlos Reis também permanecemos com a dúvida: será que o imperador amou tanto assim o Brasil?

## Referências bibliográficas

BARMAN, Roderick. 2012. *Imperador cidadão*. São Paulo, Editora Unesp.

BELOCH, Israel. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/pedro\\_calmon](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/pedro_calmon)> Acesso em 03/01/2014.

BOAVENTURA, Edivaldo M. (org). 1986. *Pedro Calmon: vida e glória*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

BURKE, Peter. 1992. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Ed da Unesp.

CALMON, Pedro. 1940. *História da civilização brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

- \_\_\_\_\_. 1975a. *A vida de D. Pedro II, o rei filósofo*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.
- \_\_\_\_\_. 1975b. *História de D. Pedro II*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- \_\_\_\_\_. 1995. *Memórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- CARVALHO, José Murilo de. 2007. *D. Pedro II: ser ou não ser*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CERTEAU, Michel de. 2007. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- DIAS, André Luis Mattedi. *A universidade e a modernização conservadora na Bahia*: Edgard Santos, o Instituto de Matemática e Física e a Petrobras. *REVISTA DA SBHC*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 125-145, jul./dez. 2005. Disponível em: < [http://www.mast.br/arquivos\\_sbhc/7.pdf](http://www.mast.br/arquivos_sbhc/7.pdf)>. Acesso em 24/11/2011.
- DIEHL, Astor Antônio. 1998. *A Cultura Historiográfica Brasileira: do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo, Ediupf.
- DÓRIA, Carlos Alberto. *Nabuco & D. Pedro II: os amenos*. Versão online em: < <http://pphp.uol.com.br/tropico/html/textos/2975,1.shl>>. Acesso em 03/12/2011.
- FONTANA, Josep. 2004. *A história dos homens*. Bauru, SP: EDUSC.
- GALVÃO, B. F. Ramiz (org.). 1925. *Contribuições para a biografia de d. Pedro II*. Tomo especial da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- GUIMARÃES, Manoel S. 1988. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1.
- IGLESIAS, Francisco. 2000. *Os historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- KOSELLECK, Reinhart. 2006. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio.
- LOPES, Marcos Antônio. 2004. *Voltaire político: espelhos para príncipes de um novo tempo*. São Paulo: Editora UNESP.
- LUSTOSA, Isabel. *Biografia mostra D. Pedro II talhado para ser monarca*. Versão online em: < [http://www.estadao.com.br/arteelazer/not\\_art18911,0.htm](http://www.estadao.com.br/arteelazer/not_art18911,0.htm)>. Acesso em 05/12/2011.
- MALERBA, Jurandir. 2006. Teoria e história da historiografia. In: \_\_\_\_\_. *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto.
- PERES, Fernando da Rocha. 1983. *80 anos de Pedro Calmon*. Salvador: Universidade Federal da Bahia.

- PINHEIRO FILHO, Fernando Antônio. A invenção da ordem: intelectuais católicos no Brasil. In: *Revista Tempo Social*, v. 19, n. 1 – junho de 2007, p. 33-49.
- REIS, José Carlos. 2006. *As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bonfim*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- \_\_\_\_\_. 2007. *História & teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- SALLES, Ricardo. 1996. *Nostalgia imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Topbooks.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. 1998. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- WEHLING, Arno. 2003. Pedro Calmon e a tradição hermenêutica na historiografia brasileira. In: *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, n. 420.